

POLÍCIA FEDERAL (PF)**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGA NO CARGO DE DELEGADO DE
POLÍCIA FEDERAL****PROVA ORAL****DIREITO ADMINISTRATIVO****QUESTÃO 1**

Discorra sobre a personalidade jurídica, a criação, o capital social e a forma societária das empresas públicas e das sociedades de economia mista, manifestando-se também sobre a competência para investigar e julgar ação referente à prática de infração penal em detrimento de bens pertencentes às respectivas entidades estatais.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

2 Administração pública 2.11 Empresas públicas e privadas. 2.12 Sociedades de economia mista. 2.14 Dispositivos pertinentes contidos na Constituição Federal de 1988.

PADRÃO DE RESPOSTA

A empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado; sua instituição é realizada mediante autorização legal (por meio de lei ordinária específica); seu capital social deve ser integralmente público; podendo ser revestida de qualquer forma societária admitida em direito.

A sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado; sua instituição é realizada mediante autorização legal (por meio de lei ordinária específica); seu capital social deve ser majoritariamente público, mediante forma societária na modalidade sociedade anônima.

Segundo a Constituição Federal de 1988 (art. 109, inciso IV), compete à justiça federal processar e julgar as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas. Portanto, como regra, a investigação de crimes contra o patrimônio de empresas públicas depende do ente controlador.

Crimes contra empresas públicas federais são investigados pela Polícia Federal, órgão que atua em casos de empresas públicas federais, pois os delitos são considerados ofensas a bens ou interesses da União, de acordo com o art. 144, § 1.º, inciso I, do texto constitucional. Em caso de furto, roubo ou dano, o inquérito policial federal é remetido à justiça federal.

Já os crimes contra empresas públicas estaduais ou municipais são apurados pela Polícia Civil. A investigação de crimes contra o patrimônio de sociedades de economia mista (federal, estadual ou municipal) compete à Polícia Civil do respectivo estado e é processada, como regra, na justiça estadual.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Quais são as principais diferenças entre a empresa pública e a sociedade de economia mista?
- 2 Como é realizada a instituição de uma empresa pública e de uma sociedade de economia mista?
- 3 Que órgão é responsável pelas investigações de crimes contra empresas públicas?
- 4 Qual é o órgão competente para o julgamento de infrações penais praticadas em desfavor das empresas públicas?
- 5 Como funciona a investigação de crimes cometidos em face dos bens das sociedades de economia mista?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

POLÍCIA FEDERAL (PF)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGA NO CARGO DE DELEGADO DE
POLÍCIA FEDERAL

PROVA ORAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Durante abordagem policial de averiguação de porte ilegal de arma de fogo, os policiais indagaram os suspeitos sobre a localização e a origem dos itens procurados, sem informá-los de seu direito ao silêncio, por entenderem que tal garantia somente se aplica durante interrogatório formal e em relação a acusados que ostentem a qualidade de “presos”. Os suspeitos ficaram em silêncio, sem responder aos questionamentos, e a autoridade policial, tendo entendido a conduta como confissão de culpa, ausente a atitude colaborativa, requereu ao juízo a prisão preventiva dos suspeitos.

Considerando a situação hipotética apresentada, atenda ao que se pede a seguir, à luz da jurisprudência do STF.

- 1 Discorra sobre o entendimento com base no qual os policiais decidiram não informar os suspeitos de seu direito ao silêncio.
- 2 Aborde as justificativas apresentadas pela autoridade policial para pleitear a prisão cautelar.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

5 Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais. 5.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 5.2 Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

PADRÃO DE RESPOSTA

O entendimento dos policiais que fundamentou a ação de não informar os suspeitos de seu direito ao silêncio não está correto. O artigo 5.º, inciso LXIII, da Constituição Federal de 1988 (CF) dispõe que “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”. Segundo entendimento do STF, embora a CF faça referência expressa a “preso”, entende-se que o escopo da garantia do direito ao silêncio é proteger não somente aquele que se encontre custodiado, mas qualquer acusado ou investigado que sofra perseguição pelo Estado, haja vista o princípio constitucional da não culpabilidade (AgR no RE 1.158.507/RJ). Ademais, conforme entendimento do STF — HC 78.708 —, a cientificação alusiva ao direito de nada declarar deve ocorrer em todos os momentos da persecução penal, e não somente durante interrogatório formal.

A justificativa apresentada pela autoridade policial para pedir a prisão cautelar também não foi acertada. A jurisprudência do STF é firme no sentido de que o direito ao silêncio, como garantia decorrente dos princípios do devido processo legal e da ampla defesa, impede que a recusa de manifestação seja valorada de forma a prejudicar o investigado ou o acusado, visto que o exercício do direito ao silêncio jamais poderá ser interpretado em prejuízo da defesa. (HC 99.289/RS, Rel. min. Celso de Mello). Assim, a ausência de colaboração com as autoridades estatais não pode ser considerada confissão de culpa e tampouco é apta a fundamentar, por exemplo, a prisão ou o agravamento da pena-base, haja vista o

princípio segundo o qual ninguém será obrigado a produzir prova contra si mesmo (*nemo tenetur se detegere*) (v.g: HC 79.812/SP, HC 83.943/MG, HC 83.960/RS e HC 91.514/BA).

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Ouça a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 O direito ao silêncio é garantia exclusiva daqueles que ostentem a qualificação de “presos”? Qual é o teor da norma constitucional? Qual é o entendimento do STF a respeito desse tema? Que princípio constitucional está envolvido na garantia do direito ao silêncio?
- 2 O direito ao silêncio é exclusivo do interrogatório formal? A garantia é cabível em sede de investigação promovida por autoridade policial?
- 3 A conduta do acusado que permanece em silêncio durante abordagem policial pode ser considerada confissão de culpa? O direito ao silêncio pode ser interpretado a favor da acusação? A conduta de permanecer em silêncio é fundamento suficiente para pleitear medidas cautelares, a exemplo da prisão preventiva?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

POLÍCIA FEDERAL (PF)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGA NO CARGO DE DELEGADO DE
POLÍCIA FEDERAL

PROVA ORAL

DIREITO PENAL

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

No curso de investigação criminal conduzida pela unidade policial especializada que apura as infrações penais cometidas por organização criminosa voltada para o tráfico de entorpecentes e a lavagem de capitais, o investigado João, em seu depoimento, sob pretexto de colaboração com a justiça, imputou prática de infração penal a terceira pessoa, mesmo sabendo-a inocente.

Com base na situação hipotética precedente, discorra sobre a relevância jurídico-penal da conduta de João, abordando, em sua resposta, o princípio e a lei penal aplicáveis ao caso.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

1.2 Princípios básicos do direito penal. 2 A lei penal. 2.1 Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. 2.5 Concurso aparente de normas. 10 Crimes. 10.1 Crimes contra a pessoa. 10.15 Lei n.º 12.850/2013 e suas alterações (Crime organizado).

PADRÃO DE RESPOSTA

No contexto apresentado, é imperioso frisar que a conduta de imputação falsa de prática de infração penal a terceiro sabidamente inocente constitui violação à administração da justiça, enquanto bem juridicamente tutelado no âmbito penal.

Outrossim, cumpre destacar que a conduta sob exame, realizada no curso de procedimento de investigação criminal e sob pretexto de colaboração com a justiça, amolda-se ao tipo penal previsto no artigo 19 da Lei n.º 12.850/2013 (Lei de Organizações Criminosas).

Por fim, com base no princípio da especialidade, que tem como regra o afastamento da aplicação da lei geral em face de uma lei especial (*lex specialis derogat legi generali*), cumpre esclarecer que, não obstante a imputação falsa realizada, não há que se falar em configuração de crime de calúnia, conforme previsto no artigo 138 do Código Penal, na medida em que a conduta do agente ocorreu em especial contexto, caracterizado pelo curso da investigação criminal especializada e pelo pretexto de colaboração com a justiça, o que atrai a incidência da figura penal especial estampada no artigo 19 da Lei n.º 12.850/2013.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Ouça a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 A conduta de João pode ser definida como crime de calúnia ou como outro delito previsto em legislação especial?
- 2 Qual é a lei penal aplicável ao caso?
- 3 Qual é a definição do princípio/critério da especialidade?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

POLÍCIA FEDERAL (PF)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGA NO CARGO DE DELEGADO DE
POLÍCIA FEDERAL

PROVA ORAL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 4

Considere a seguinte situação hipotética:

A Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) da Polícia Federal realizou operação policial que culminou com a prisão em flagrante de dois suspeitos por crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei n.º 11.343/2006, bem como com a apreensão de vasta quantidade de material entorpecente, condição devidamente comprovada em laudo técnico-pericial. Consequentemente, foram formalizados o auto de prisão em flagrante e a regular apreensão do material entorpecente.

Discorra sobre o procedimento de destruição de drogas a ser adotado na situação hipotética precedente, considerando a atuação do delegado de Polícia Federal no âmbito da investigação criminal, em observância às normas e aos princípios regentes previstos na lei que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

10 Processo criminal de crimes comuns. 10.1 Lei n.º 11.343/2006 e suas alterações (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes).

PADRÃO DE RESPOSTA

A destruição de drogas, nos termos dos artigos 50 e 50-A da Lei n.º 11.343/2006, encontra regulamentação de acordo com o procedimento investigativo que deu origem à apreensão do material entorpecente, diferindo-se o protocolo utilizado nos casos de auto de prisão em flagrante daqueles utilizados nos casos em que não há prisão em flagrante (hipótese prevista no art. 50-A, segundo o qual a droga apreendida sem a prisão em flagrante deve ser destruída por incineração, no prazo máximo de 30 dias contados da apreensão, devendo ser guardada amostra para a realização do laudo definitivo).

O caso sob exame justifica a lavratura de auto de prisão em flagrante, de modo que a destruição das drogas deverá ser realizada após o juiz, no prazo de 10 dias decorridos do recebimento do auto de prisão em flagrante, certificar a regularidade do laudo de constatação das drogas e determinar a sua destruição (art. 50). A partir daí, compete ao delegado de polícia executar a destruição das drogas, no prazo de 15 dias, com a presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Ouçá a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Quem autoriza a destruição das drogas no caso de auto de prisão em flagrante?
- 2 O delegado de polícia pode destruir as drogas apreendidas no auto de prisão em flagrante?
- 3 Que órgãos/entidades devem estar presentes no momento da destruição das drogas?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**